

STJ00098385

Diogo R. Coutinho

Professor da Faculdade de Direito da USP.

**DIREITO E ECONOMIA
POLÍTICA NA
REGULAÇÃO DE
SERVIÇOS PÚBLICOS**

2014





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Diretor editorial Luiz Roberto Curia

Gerente editorial Thais de Camargo Rodrigues

Assistente editorial Olívia de Quintana Figueiredo Pasqualetto

Produtora editorial Claissa Boraschi Maia

Preparação de originais Ana Cristina Garcia

María Izabel Barreiros Bitencourt Bresson

Daniel Pavani Naveiro

Arte e diagramação Claudirene de Moura Santos Silva

Revisão de provas Ana Beatriz Fraga Moreira

Alzira Muniz

Setsuko Araki

Serviços editoriais Kelli Priscila Pinto

Surane Vellenich

Capa Estúdio Insólito

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Gráfica Paym

Acabamento Gráfica Paym

ISBN 978-85-02-22171-0

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Coutinho, Diogo R.

Direito e economia política na regulação de serviços
públicos / Diogo R. Coutinho. — São Paulo : Saraiva, 2014.

1. Desenvolvimento 2. Desigualdades sociais 3.
Direitos sociais 4. Políticas públicas (Direito) 5. Sociologia
jurídica I. Título.

13-12983

CDU-34:301

Índice para catálogo sistemático:

1. Sociologia do direito 34:301

Data de fechamento da edição: 13-3-2014

Dúvidas?

Accesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

074.184.001.001

100098385

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	9
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1	
O PENSAMENTO ECONÔMICO NEOCLÁSSICO: EFICIÊNCIA E TEORIA DA REGULAÇÃO	19
1. Algumas premissas da economia neoclássica	19
1.1 A eficiência e o ótimo de Pareto.....	25
1.2 Maximização da riqueza e o critério Kaldor-Hicks	27
2. A análise econômica do direito e a maximização da riqueza como tradução da eficiência	29
2.1 Coase e a internalização do custo social.....	32
2.2 A Escola de Chicago e a regulação.....	37
2.3 Regulação: ideias preliminares.....	38
2.4 Captura.....	41
2.5 A <i>public choice</i>	45
2.6 A desregulação neoliberal.....	48
CAPÍTULO 2	
PRIVATIZAÇÃO NO SUBDESENVOLVIMENTO: ECONOMIA POLÍTICA E PANO DE FUNDO DA REGULAÇÃO	51
1. O corte mundo desenvolvido/subdesenvolvimento .	52
2. Privatizações no âmbito da OCDE	53
3. Privatização no subdesenvolvimento	61
3.1 Ajustes estruturais.....	61
3.2 Herança da década de 1980: estatais como ins- trumento de política econômica e crise fiscal.....	64

4. Privatizações no Brasil	71
4.1 Figueiredo, Sarney, Collor e Itamar	71
4.2 A reforma do aparelho do Estado.....	76
5. Privatizações pragmáticas	81
5.1 Privatização e conjuntura no Brasil: Plano Real e ajuste fiscal.....	84
5.2 Privatização e equidade no Brasil.....	86
6. Alguns desafios da regulação no subdesenvolvi- mento	88
6.1 A cristalização do compromisso regulatório.....	88
6.2 Monopólios privados e concorrência.....	91
6.3 A sequência importa	94

CAPÍTULO 3

REGULAÇÃO SOCIAL, DESENVOLVIMENTO: O CASO DAS TELECOMUNICAÇÕES.....	99
1. Regulação social e regulação econômica.....	99
2. Foster vs. Prosser: um debate ilustrativo.....	106
3. Novamente a importância do contexto	110
4. A universalização das telecomunicações.....	113
4.1 EUA: universalização entre regulação, captura e concorrência.....	116
4.2 Reino Unido: universalização do telefone pela estatal, privatização e universalização da internet pelo <i>incumbent</i>	121
5. Universalização no Brasil: breve retrospecto.....	124
6. Regulação, universalização e concorrência: sinergia, sequência ou <i>trade-off</i> ?	128

CAPÍTULO 4

O DIREITO E A REGULAÇÃO REDISTRIBUTIVA	133
1. Comando e controle vs. <i>laissez-faire</i> : superando o maniqueísmo na regulação	135

2. Visão “ortodoxa”: crítica à regulação para distribuir renda.....	140
3. Visão “heterodoxa”: regulação para distribuir renda	144
4. A busca de uma regulação “inteligente” informada pela equidade.....	146
5. Regras unilaterais e regras bilaterais na regulação	148
6. Universalização e novas tecnologias.....	150
CONCLUSÕES	153
REFERÊNCIAS	157